



REGISTRO DE REUNIÃO

2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) - 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

DATA	HORÁRIO (INÍCIO-FIM)		LOCAL	COORDENADOR DA REUNIÃO
25/8/2022	16h	17h30	Ferramenta Teams	SMG

2. PARTICIPANTES

NOME	UNIDADE
Andrea Fittipaldi	SMG (Seggo)
Aloísio Mayworm Pereira Júnior	SOF
Bruno Cezar Andrade de Souza	SMG
Cleber Schumann	SGIC
Daniel Carlos Lima Corrêa	SMG (Cogeso)
Eduardo de Oliveira Tagliaferro	AEED
Eduardo Demetrio Bechara	SOF
Eduardo Fleury Nogueira	STI (NEPC)
Elmano Amâncio de Sá Alves	STI
Eliane Bavaresco Volpato	OUV
Eliane Josimar Alves	AID
Élvia Caribé Vilhena e Sousa	SAD
Érika de Oliveira dos Santos Scozziero	SAU
Fernanda de Castro e Silva	SOF
Frederico Franco Alvim	AEED
Julianna Sant'ana Sesconetto	GAB-DG
Julio Valente da Costa Júnior	STI
Iuri Camargo Kisovec	AGI
Ladjane Arruda	SMG (Seggo)
Paulo Roberto de Souza Lemos	Seibio
Polianna Pereira	EJE
Rita de Cássia Smaniotto Landim	AGI



Rui Moreira de Oliveira	DG
Samara Carvalho Santos	AID
Sônia Kill Camps	SMG
Thayanne Fonseca Pirangi Soares	SGP
Vicente Ferreira Júnior	NEPC

3. DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

Em cumprimento à Resolução-CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, realizou-se a segunda Reunião de Análise da Estratégia (RAE) com o propósito de alinhamento e acompanhamento da execução do Plano Estratégico do TSE 2021-2026.

Daniel Corrêa, coordenador da Cogeso, deu início à reunião informando que o objetivo desta seria analisar os resultados de desempenho, trabalho que já foi iniciado na Reunião de Desempenho da Unidade (RDU) anteriormente realizada por cada área. Lembrou que essa análise deve sempre levar em consideração a visão da organização estabelecida no Plano Estratégico do TSE, visão essa que define como a instituição quer estar em 2026: "Consolidar-se como uma instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral e impulsionadora de inovação na prestação dos serviços à cidadã e ao cidadão de forma segura, acessível e sustentável".

Daniel comentou que algumas unidades questionaram a sua responsabilidade em relação a alguns indicadores. Quanto a isso, esclareceu que o responsável pelo indicador não é necessariamente aquela unidade que o executa, mas, sim, aquela que tem a capacidade para analisar o indicador e verificar o seu desempenho em relação ao alcance da meta do objetivo estratégico. Trouxe, como exemplo, o caso da SGP, que realiza treinamentos de segurança no Tribunal, no entanto, não tem a capacidade de informar se os esforços de treinamentos foram suficientes para atingir o OE. Portanto, a SGP deveria enviar os seus dados a fim de que a unidade de segurança do Tribunal analisasse a necessidade de mais treinamentos para que o seu indicador apresentasse algum avanço.

Daniel ressaltou que nesta RAE serão apresentados os resultados identificados nas RDUs e que o tema de ajustes pontuais em objetivos e indicadores deverá ser tratado em reunião posterior com a SMG, conforme solicitação da unidade interessada, quando, então, será analisada a necessidade de aprovação pela Cogepe. Lembrou que, nas RDUs realizadas previamente pelas unidades, foram analisados os resultados dos indicadores e foi verificada a possibilidade de cumprimento da meta definida para aquele ano. Com esses dados, cada unidade pôde identificar a necessidade de novos esforços ou de ajustes em seus indicadores. Advertiu, ainda, que o TCU verifica a compatibilidade entre os dados informados no Relatório de Gestão e no Plano Estratégico das instituições públicas.

Em seguida, o coordenador da Cogeso iniciou a apresentação dos resultados do Plano Estratégico Institucional (PEI) do TSE 2021-2026 mostrando as suas três perspectivas:



sociedade; processos internos; e aprendizado e crescimento. Acrescentou que uma perspectiva dá base para a outra e que a principal delas seria a entrega para a sociedade, considerando que se trata de uma instituição pública. Daniel, então, informou que o desempenho geral do PEI em agosto de 2022 é de 65,23%, e Bruno Andrade, secretário da SMG, explicou que essa é a fotografia do mês, ou seja, que cumprimos 65,23% das metas programadas para 2022.

A partir daí, Daniel apresentou o desempenho de cada Objetivo Estratégico (OE):

Na perspectiva Sociedade, o "OE 01 - Fortalecer a imagem da JE perante a sociedade" apresentou desempenho de 33,33%. Daniel pontuou que alguns indicadores ainda estão sem medição e sem meta e que será realizada a inclusão das ações (objetivos táticos) da AEED. Lembrou que, na RDU, a Ouvidoria fez proposta de alteração no indicador "avaliação do atendimento da ouvidoria", para que o valor medido retrate a satisfação do eleitor com os serviços prestados pela JE. Ressaltou que o indicador desse OE deveria ser uma pesquisa de opinião para avaliar a imagem da JE perante a sociedade, refletindo, assim, os resultados obtidos pela Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação.

Nesse sentido, complementou Eliane Volpato, da Ouvidoria, que o texto do indicador deveria ser modificado para refletir a satisfação da sociedade com os serviços da JE. Em seguida, Frederico Alvim, representante da AEED, sugeriu que esse OE fosse revisto na íntegra quanto a sua estrutura e a seus indicadores, para incluir uma fórmula mais nova e abrangente. Para isso, solicitou uma reunião com a SMG a fim de apresentar uma proposta de questionário que poderia ser aplicado anualmente nos usuários da JE.

Para o "OE 02 - Promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política", Daniel informou que o desempenho alcançado foi de 72,16%. Ademais, observou que ainda não houve definição de metas para 2022, que os indicadores estratégicos foram reformulados e que devemos definir esforços para solucionar o fato de que não é possível identificar todos os grupos minorizados no cadastro de eleitores e no registro de candidatura. Além disso, informou que devem ser considerados também nesse OE: os eventos internos de inclusão promovidos pela EJE e pela SGP; as ações voltadas para inclusão de pessoas sentenciadas e mulheres vítimas de violência doméstica; e as ações de inclusão de força de trabalho do TSE (servidores e colaboradores). Também deverão ser promovidas ações para identificar os motivos da ausência de pessoas com deficiência no cadastro de eleitores e para desburocratizar as atividades a fim de que as pessoas dos grupos minorizados participem do processo eleitoral.

Polianna Pereira, assessora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), questionou se os indicadores que ainda estão sendo desenhados e não foram mensurados deverão ser medidos de forma retroativa ou somente a partir da próxima RAE; e Samara Carvalho, representante da Assessoria de Inclusão e Diversidade (AID), sugeriu a criação de um sistema de inscrição para centralizar a medição dos indicadores de eventos. Daniel Corrêa respondeu que, no momento em que forem redefinidos os indicadores, as medições servirão de base; e Bruno Andrade explicou que a SMG está à disposição para realizar reunião com cada unidade para tratar de temas como a análise de indicadores e a avaliação da necessidade de ajuste, com ou sem deliberação da Cogepe, e que a RAE não seria o momento adequado para isso. Daniel sugeriu uma reunião para tratar as colocações de Samara.



Para o "OE 03 – Ampliar a prestação de serviços de Identificação Civil Nacional", Daniel informou que o desempenho foi de 97,32%. Informou, ainda, que não houve aproveitamento dos dados do BIOEX, que não houve, também, realização de coleta biométrica e que serão feitos ajustes nas quantificações de acesso ao serviço da ICN. Daniel acrescentou que, em futuras RAEs, cada unidade poderá apresentar seus indicadores para melhor detalhamento. Iuri, da AGI, comentou que não foi realizada coleta de biometria no início do ano e que a estimativa foi realizada sem base histórica, por isso deveria ser realizado ajuste no indicador no sentido de aumentar a meta, visto que a meta projetada já havia sido extrapolada. Sobre isso, Bruno Andrade acrescentou que, quando não existe base histórica para um indicador, é normal que em poucos meses a meta projetada seja extrapolada e que, para corrigir isso, serão realizados os ajustes necessários na meta.

Já na perspectiva Processos Internos, no "OE4 – aperfeiçoar a segurança da informação", o desempenho foi de 77,78%. Daniel observou que ainda não houve medição em 2022, porque os indicadores são semestrais. Disse que foi solicitada a mudança de responsabilidade de alguns indicadores estratégicos e táticos e que foi solicitada, também, a alteração do escopo do OT4.3. Afirmou, ainda, que a SMG realizará uma reunião com a STI para analisar quem deveria ser o responsável pela medição do indicador.

Quanto ao "OE 05 – Promover a inovação e ampliar a prestação de serviços digitais", Daniel comentou que o desempenho foi de 66,67% e que a SMG vai procurar melhorar a aferição dos indicadores relacionados à prestação de serviços digitais e avançar na promoção da inovação. Para isso, as ações previstas são o realinhamento da Coordenadoria de Modernização e o Plano de Transformação Digital. Comentou que a SMG optou por manter esse indicador com aferição baixa, porque revela a necessidade de implementação de ações.

No "OE6 – Aprimorar a adoção de práticas sustentáveis", o desempenho foi de 36,84%. Daniel informou que foi solicitada a alteração do indicador de acessibilidade e sustentabilidade, que o plano de logística sustentável (PLS) foi concluído e que não houve medição da acessibilidade comunicacional.

Para o "OE 07 - Promover a efetiva e célere prestação jurisdicional", Daniel comentou que o desempenho foi de 68,08% e observou que a medição foi realizada pelo sistema ATENA (processo de melhoria das regras). Disse, ainda, que a responsabilidade dos indicadores estratégicos possivelmente será transferida para a Presidência após reunião a ser realizada e que é necessário definir as ações (objetivos táticos) desse OE.

Sobre o "OE 08 – Garantir o acesso do público interno e externo à informação autêntica e de qualidade", Daniel afirmou que o desempenho foi de 87,83%, pontuou que a responsabilidade de algumas ações relacionadas à LGPD precisam ser definidas e que não houve medição de junho. Acrescentou que é possível que a medição do índice de conformidade com a LGPD não traduza a realidade do TSE e propôs a realização de reunião com a comissão para alinhamento.

No "OE 09 – Aprimorar a governança institucional", Daniel informou que o desempenho foi de 85,46%. Houve ajustes no processo de medição da Governança Corporativa (matriz de maturidade), e na RDU foi apresentada proposta de desdobramento da Governança Corporativa. Daniel salientou que existe a possibilidade de que diferentes objetivos estratégicos sejam medidos por um mesmo indicador.



Sobre o "OE 10 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral", Daniel explicou que o desempenho foi de 0%, porque foi identificado que o indicador deverá ser reformulado para que seja útil à JE. Por isso, a SMG está analisando a possibilidade de ajuste nos moldes da matriz de maturidade de governança, com o envolvimento de mais unidades além da SMG e da Agel.

Na Perspectiva Aprendizado e Crescimento, o "OE11- Fortalecer a segurança e a proteção institucional" apresentou desempenho de 100%, ou seja, a meta já foi alcançada.

Quanto ao "OE12 – Aumentar a eficiência na gestão orçamentária", Daniel comentou que o desempenho foi de 38,62%. Sobre isso, foi relatado na ata da RDU da unidade que o índice de execução das despesas discricionárias sujeitas ao teto de gastos (ED) apresentou, até junho, uma liquidação baixa, que pode comprometer a realização de despesas importantes de 2023, e que a possível causa disso seria a existência de contratos de grande valor que não chegaram à SOF. A proposta para solucionar esse problema seria o alinhamento com a SAD para aprimorar a participação de fiscais na verificação do faturamento/atesto de contratos robustos, de forma a identificar os gargalos que atrasam o seu andamento.

Eduardo Bechara, secretário da SOF, explicou que, para isso, é fundamental o apoio da SAD. E Élvia Caribé, representante da SAD, afirmou que está disposta a se reunir para tratar do tema e que possivelmente a maior dificuldade seria quanto à fiscalização técnica.

Para o "OE 13 - Melhorar a experiência de trabalho do servidor", Daniel informou que o desempenho foi de 0%, porque não houve medição. Thayanne Soares, secretária de Gestão de Pessoas, explicou que estão elaborando uma proposta para contratação de empresa para aferição dos dados. Daniel lembrou que também é possível pensar em ajuste de indicador.

No "OE 14 – Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na JE", o desempenho foi de 100%, e, portanto, a meta foi alcançada. Polianna comentou que a EJE está elaborando um objetivo tático para esse objetivo estratégico e que constará na próxima RAE.

Para o "OE 15 - Garantir os recursos tecnológicos para ampliação de serviços digitais, de inovação e segurança de TIC", Daniel afirmou que o desempenho foi de 100% e que foi solicitada a substituição do responsável pelo IT15.3 (contratações) para a SAD.

Júlio Valente, representante da STI, explicou que essa secretaria não controla os prazos de contratação e que a unidade mais adequada para informar esses dados seria a SAD. A representante da SAD afirmou que a unidade demandante informa a data em que necessitará do contrato assinado e, com base nisso, a SAD coordena para que a contratação ocorra nos prazos estabelecidos pela lei de licitações. Além disso, explicou que os dados referentes a licitações podem ser encontrados na ferramenta de Business Intelligence do Tribunal.

Daniel explicou que é fundamental que todos estejam alinhados quanto ao conceito de responsável pelo indicador: é aquela unidade capaz de analisar o desempenho do indicador em relação à meta do OE a partir de dados coletados próprios ou de terceiros. Por fim, esclareceu que cada unidade é responsável por seus indicadores e que a SMG está disponível para se reunir com cada unidade para revisão e ajuste. Bruno Andrade acrescentou que o papel da estratégia é de auxiliar e que o indicador deve ser de fácil medição, para não cair em desuso. Por isso, quando a coleta dos dados requer muito trabalho, o indicador deve ser repensado. O secretário da SMG concluiu dizendo que o Plano Estratégico é a ferramenta de gestão usada para analisar como cada unidade está contribuindo para o desempenho da



instituição e que todos devem pensar em formas de automatizar e transformar em rotina a coleta de dados. Julianna Sesconetto, representante do GAB-DG, complementou a fala do secretário dizendo que a provocação que a SMG faz é apenas para alertar acerca do compromisso da área gestora. Cada unidade deverá já saber a periodicidade dos seus indicadores e realizar suas medições, buscando as informações necessárias, o que será inserido futuramente no sistema, sem o lembrete da SMG.

Júlio Valente, então, sugeriu uma reunião para melhor descrever o índice de contratações realizadas em tempo hábil, definido anteriormente pela Coinf/STI.

Finalizando a RAE, Daniel agradeceu a participação das unidades e observou que estamos progredindo no reconhecimento da utilidade do Plano Estratégico. Quanto às medições posteriores a essa RAE, explicou que cada unidade poderá introduzir no sistema a data da medição e o valor medido, sendo possível, assim, a inserção de data retroativa.

Próximos passos:

- OE 01 – reunião com a Ouvidoria, a Secom e a AEED para análise e ajuste de indicador;
- OE 02 – reunião com a ADI para análise da proposta apresentada na RAE;
- OE 04 – reunião com a STI para análise sobre a responsabilidade pelo indicador;
- OE 07 – reunião com a Presidência para análise sobre a responsabilidade pelo indicador;
- OE 08 – reunião com a Comissão da LGPD para análise e ajuste de indicador;
- OE 10 – reunião com a Agel para análise e ajuste de indicador;
- OE 13 – reunião com a SGP para análise e ajuste de indicador;
- OE 14 – reunião com a EJE para tratar sobre objetivo tático e indicadores;
- OE 15 – reunião com a STI para análise e ajuste de indicador.